

AUTORIDADE DAS ESCRITURAS, COERÊNCIA CANÔNICA E MÉTODO HISTÓRICO-TEOLÓGICO: UM DIÁLOGO CRÍTICO COM GERHARD HASEL, RICHARD M. DAVIDSON, FERNANDO CANALE E ADENILTON T. AGUIAR

21

HÉLIO ANDRÉ RIOS¹

Resumo: Este artigo analisa a relação entre autoridade das Escrituras, coerência canônica e método teológico a partir do diálogo crítico com Gerhard Hasel, Richard M. Davidson, Fernando Canale e Adenilton T. Aguiar. A problemática que orienta a investigação consiste em compreender de que modo uma hermenêutica bíblica pode preservar a densidade histórica do texto, sua pretensão teológica e sua normatividade sem se reduzir nem a uma leitura confessional acrítica nem aos pressupostos restritivos do método histórico-crítico. O objetivo geral é examinar as convergências hermenêuticas desses autores e avaliar em que medida elas sustentam uma proposta histórico-teológica de interpretação bíblica. Como objetivos específicos, o estudo busca examinar a autoridade das Escrituras como princípio normativo da interpretação, identificar os fundamentos da unidade e da coerência canônica da Bíblia, analisar a crítica aos pressupostos epistemológicos do método histórico-crítico e demonstrar que uma proposta histórico-teológica consistente não exige a rejeição do estudo histórico, mas a recusa de sua absolutização como paradigma exclusivo de verdade. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica, qualitativa e analítico-comparativa, centrada em obras que discutem interpretação bíblica, revelação, inspiração, autoridade e método. Conclui-se que a leitura comparativa dessas obras permite identificar um conjunto de aproximações conceituais que,

¹ Mestrando em Teologia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), Brasil. E-mail: hanrios7@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2729-7129>.

embora não eliminem diferenças internas entre os autores, contribuem para pensar uma hermenêutica capaz de articular texto, história, teologia e cânon.

Palavras-chave: Hermenêutica bíblica. Autoridade das Escrituras. Teologia bíblica. Método histórico-crítico. Revelação e inspiração.

SCRIPTURAL AUTHORITY, CANONICAL COHERENCE, AND THE HISTORICAL-THEOLOGICAL METHOD: A CRITICAL DIALOGUE WITH GERHARD HASEL, RICHARD M. DAVIDSON, FERNANDO CANALE, AND ADENILTON T. AGUIAR

Abstract: This article analyzes the relationship between scriptural authority, canonical coherence, and theological method through a critical dialogue with Gerhard Hasel, Richard M. Davidson, Fernando Canale, and Adenilton T. Aguiar. The research problem consists of understanding how a biblical hermeneutics can preserve the text's historical depth, theological claim, and normativity without being reduced to either an uncritical confessional reading or the restrictive presuppositions of the historical-critical method. The general objective is to examine the hermeneutical convergences of these authors and evaluate to what extent they support a historical-theological approach for biblical interpretation. As specific objectives, the study seeks to examine the authority of the Scriptures as a normative principle of interpretation, identify the foundations of the unity and canonical coherence of the Bible, analyze the critique of the epistemological presuppositions of the historical-critical method, and demonstrate that a consistent historical-theological approach does not require the rejection of historical study, but rather the rejection of its absolutization as an exclusive paradigm of truth. Methodologically, this study employs a bibliographic research with a qualitative and analytical-comparative approach, focusing on works that discuss biblical interpretation, revelation, inspiration, authority, and method. It concludes that the comparative reading of these works allows for the identification of a set of conceptual convergences that, although they do not eliminate internal differences among the authors, contribute to the development of a hermeneutics capable of articulating text, history, theology, and canon.

Keywords: Biblical hermeneutics. Authority of the Scriptures. Biblical theology. Historical-critical method. Revelation and inspiration.

1. Introdução

A interpretação bíblica permanece como uma das questões centrais da reflexão teológica, porque dela dependem não apenas a compreensão do texto sagrado, mas também os critérios pelos quais o conhecimento teológico é construído, validado e transmitido. Em termos rigorosos, não existe teologia sem pressupostos hermenêuticos, ainda que nem sempre eles sejam explicitados. A pergunta sobre o que as Escrituras significam está ligada à pergunta sobre como elas devem ser lidas, por quais métodos, a partir de quais pressupostos e sob quais limites epistemológicos. Por isso, o debate sobre a autoridade das Escrituras não pode ser dissociado do debate sobre o método. Essa centralidade é perceptível em diferentes tradições cristãs e

reaparece de modo explícito em obras que tratam a hermenêutica como questão estruturante da teologia (Reid, 2007; Dederen, 2011).

Essa centralidade hermenêutica se torna ainda mais visível em contextos de crise interpretativa. O debate contemporâneo é marcado, de um lado, pela longa influência do método histórico-crítico e de suas derivações e, de outro, pela proliferação de leituras religiosas que muitas vezes operam sem autoconsciência metodológica. Em ambos os casos, o resultado pode ser semelhante, pois, ou a Escritura é reduzida a um documento histórico entre outros, ou é submetida a usos seletivos que a transformam em espelho de interesses prévios. A reflexão presente na obra *Compreendendo as Escrituras* permite identificar uma preocupação com abordagens interpretativas que enfraquecem a normatividade bíblica ao submeter o texto a critérios externos ao próprio cânon (Reid, 2007). Canale (2011), por sua vez, situa o problema em outro nível, ao afirmar que, se a teologia perde seu fundamento cognitivo, ela passa a trabalhar sobre areia movediça.

Diante desse cenário, a problemática que orienta este artigo pode ser formulada nos seguintes termos: de que modo uma hermenêutica bíblica pode preservar a densidade histórica do texto, sua coerência canônica e sua pretensão teológica sem se reduzir nem a uma leitura confessional acrítica nem aos pressupostos restritivos do método histórico-crítico? Em outras palavras, o problema consiste em compreender como articular autoridade das Escrituras, rigor exegético e responsabilidade metodológica em um modelo interpretativo capaz de sustentar um diálogo acadêmico real. Tal questão se torna especialmente relevante porque boa parte dos impasses contemporâneos sobre a Bíblia nasce justamente da dificuldade de equilibrar, no processo interpretativo, história, linguagem, teologia e normatividade (Aguiar, 2023; Canale, 2011).

O objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre autoridade das Escrituras, coerência canônica e método teológico a partir do diálogo crítico com Gerhard Hasel, Richard M. Davidson, Fernando Canale e Adenilton T. Aguiar, identificando aproximações hermenêuticas que permitem pensar uma proposta histórico-teológica de interpretação bíblica. Como objetivos específicos, o estudo busca: (1) examinar de que maneira a autoridade das Escrituras é compreendida como princípio normativo da interpretação; (2) identificar fundamentos da unidade e da coerência canônica da Bíblia; (3) analisar a crítica aos pressupostos epistemológicos do método histórico-crítico; (4) mostrar como Canale aprofunda a discussão ao deslocá-la para a esfera do fundamento cognitivo da teologia; e (5) demonstrar que uma proposta histórico-teológica consistente não exige a rejeição do estudo histórico, mas a recusa de sua absolutização como paradigma exclusivo de verdade.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica, qualitativa e analítico-comparativa. O corpus principal é composto pela obra *Teologia do Antigo e Novo Testamento*, de Gerhard Hasel; pelo capítulo “Interpretação bíblica”, de Richard M. Davidson, presente no *Tratado de teologia adventista do sétimo dia*; pelo artigo “O método histórico-crítico e uma visão elevada da Escritura”, de Adenilton T. Aguiar; pela obra *Compreendendo as Escrituras*, organizada por George W. Reid; e pelo livro *O princípio cognitivo da teologia cristã*, de Fernando Canale. Embora parte significativa do corpus pertença à produção teológica adventista, o estudo procura analisar criticamente esses autores sem se transformar em mera apologia denominacional. Seu interesse é analítico e consiste em investigar como esses autores formulam respostas ao problema da interpretação bíblica e em que medida suas contribuições podem contribuir para um diálogo hermenêutico mais amplo.

2. Autoridade das Escrituras e Normatividade Hermenêutica

A autoridade da Bíblia não pode ser adequadamente compreendida se for reduzida a uma fórmula dogmática ou a uma reverência genérica ao texto sagrado. O problema central não está apenas em afirmar que as Escrituras possuem autoridade, mas em perguntar como essa autoridade se exerce no processo interpretativo. Nesse sentido, a questão hermenêutica não é posterior à questão da autoridade. É, na verdade, uma de suas expressões mais concretas. Um texto só permanece normativo se os critérios de sua leitura não o neutralizarem previamente. Por isso, a leitura conjunta dessas obras sugere que a autoridade das Escrituras não pode ser dissociada do problema hermenêutico.

No corpus analisado, essa vinculação aparece de modo recorrente. O livro *Compreendendo as Escrituras* apresenta a Bíblia como autoridade final e define a própria obra como um conjunto de princípios destinado a resguardar a integridade da Palavra de Deus em seu estudo e recepção (Reid, 2007). Canale (2011), por sua vez, distingue revelação-inspiração de autoridade, mas sustenta que ambas permanecem inevitavelmente conectadas. Sua formulação sugere que, se Deus esteve envolvido na produção escrita da Bíblia, a autoridade divina permanece ligada à autoridade das Escrituras. Essa observação é relevante porque evita tanto a fusão ingênua quanto a separação radical entre origem e normatividade do texto.

Ao tratar dessa questão, Canale (2011) identifica duas posições contrastantes. A primeira, que ele chama de visão protestante clássica, entende que a revelação-inspiração fundamenta a autoridade das Escrituras. A segunda, caracterizada como visão protestante moderna, sustenta que a verdade contida nas Escrituras fundamenta sua autoridade e que revelação-inspiração e autoridade não estão intrinsecamente relacionadas. A utilidade dessa distinção para o presente artigo é grande, porque ela explicita que o debate sobre autoridade não se resolve apenas no plano da retórica religiosa, mas exige esclarecer qual relação se admite entre a origem do texto e sua pretensão normativa (Aguiar, 2023).

Essa observação se articula à reconstrução histórica apresentada nessas obras, a qual permite compreender grande parte da trajetória hermenêutica cristã como disputa entre a autointerpretação das Escrituras e instâncias que passaram a concorrer com elas, como tradições eclesiais, alegorismos, filosofias externas ou racionalismos autônomos. O valor dessa reconstrução não está em idealizar uma pureza original, mas em tornar visível o fato metodológico de que, sempre que o texto bíblico perde sua função normativa, a interpretação tende a deslocar-se para critérios extratextuais que acabam por remodelar sua mensagem (Timm, 2007; Reid, 2007).

Nesse quadro, a autoridade das Escrituras deve ser compreendida menos como conceito estático e mais como princípio operativo. Ela diz respeito à capacidade de o texto estabelecer o horizonte dentro do qual a interpretação acontece. O deslocamento é decisivo, porque impede que a autoridade bíblica seja reduzida a uma linguagem de legitimidade, enquanto, na prática, o significado do texto é decidido por sistemas hermenêuticos concorrentes. Canale ajuda a tornar isso ainda mais claro ao argumentar que a maneira como se entende a origem do princípio cognitivo da teologia determina o conteúdo da própria teologia. Assim, a disputa pela autoridade das Escrituras é também uma disputa pelo fundamento do conhecimento teológico (Canale, 2011).

3. Gerhard Hasel e a Exigência de um Método Histórico-Teológico

Em Gerhard Hasel, a discussão metodológica aparece ligada à crise da teologia bíblica moderna. O autor observa que, apesar da vasta produção sobre teologia do Antigo Testamento, permanece considerável falta de acordo quanto ao contexto, à função e ao método dessa disciplina. Nesse quadro, sua reflexão procura responder à fragmentação metodológica sem reduzir a teologia bíblica a descrições puramente históricas. Em diferentes momentos, Hasel (2007) enfatiza a necessidade de uma abordagem capaz de articular a atenção à historicidade do texto com sua natureza teológica e canônica.

Nesse horizonte, o autor sustenta que a crise referente à história na teologia bíblica não decorre do estudo científico da evidência em si, mas da inadequação do método histórico-crítico para lidar com o papel da transcendência na história, em razão de seus pressupostos filosóficos. Por isso, defende que o método adequado à teologia bíblica seja teológico e histórico desde o início, recusando a separação entre uma exegese pretensamente neutra e uma reflexão teológica posterior.

O ponto mais decisivo de sua crítica dirige-se ao método histórico-crítico. Hasel afirma que a crise referente à história na teologia bíblica não resulta do estudo científico da evidência histórica em si, mas da inadequação do método histórico-crítico para lidar com o papel da transcendência na história, em razão de seus pressupostos filosóficos. Essa formulação desloca o debate do nível técnico para o nível epistemológico. O problema não está em estudar a história, mas em absolutizar uma concepção de história que exclui, de antemão, a possibilidade de ação divina (Hasel, 2007; Aguiar, 2023).

A partir dessa crítica, o autor propõe que a interpretação bíblica adequada seja conduzida por um método histórico-teológico. Isso significa que a exegese não deve ser pensada como fase puramente histórica, neutra e preliminar, à qual a teologia se acrescentaria depois. Ao contrário, o próprio ato exegetico precisa ser orientado, desde o início, por uma consciência teológica do objeto interpretado. Para Hasel, a leitura bíblica deve considerar os dados históricos e literários, mas sem separar tais dados da intenção teológica do texto e de sua inserção na totalidade do cânon (Hasel, 2007; Davidson, 2011).

Essa proposta tem pelo menos duas implicações importantes. A primeira é a recusa da fragmentação. Hasel insiste que a exegese, quando isolada da teologia bíblica, corre o risco de produzir leituras parciais e desconectadas. A segunda é a recusa de centros dogmáticos impostos de fora do texto. Em vez de submeter as Escrituras a sistemas externos, o intérprete deve permitir que seus temas, categorias e estruturas emergjam do próprio material bíblico. O método histórico-teológico, portanto, não é simplesmente uma alternativa ao criticismo; é uma tentativa de construir um procedimento que faça justiça à natureza do texto bíblico (Hasel, 2007).

Há ainda um ponto particularmente relevante: Hasel procura sustentar, ao mesmo tempo, a diversidade textual e a coerência teológica das Escrituras. Seu interesse em ler o Antigo Testamento em sua forma final, respeitando a individualidade de suas unidades literárias, não implica renúncia à busca de uma teologia bíblica. Ao contrário, ele entende que a unidade do texto não anula a multiplicidade de vozes, mas a organiza dentro de uma revelação historicamente mediada. Nesse sentido, seu método procura evitar tanto o atomismo exegetico quanto a sistematização excessiva (Hasel, 2007).

4. Richard M. Davidson e a Coerência Canônica das Escrituras

A contribuição de Richard M. Davidson é decisiva porque sua reflexão se concentra diretamente sobre a interpretação bíblica como disciplina. No *Tratado de teologia adventista*, seu capítulo ocupa lugar estratégico na organização da obra, o que evidencia a centralidade concedida à hermenêutica naquele projeto teológico. Mais do que um dado editorial, isso revela a convicção de que a discussão sobre doutrina depende de um enquadramento prévio acerca da leitura das Escrituras (Davidson, 2011).

Entre as contribuições mais importantes associadas a Davidson está a formulação do princípio da analogia das Escrituras. Em termos gerais, esse princípio parte da convicção de que as diferentes partes da Bíblia, embora oriundas de autores e contextos variados, mantêm coerência interna porque participam de um mesmo testemunho revelacional. A unidade bíblica, nesse quadro, não é homogeneidade artificial, mas convergência canônica. O Antigo e o Novo Testamentos não se anulam. Ao contrário, interpretam-se mutuamente em um processo de iluminação recíproca (Davidson, 2011).

Esse ponto possui grande relevância metodológica. A analogia das Escrituras impede que o significado bíblico seja buscado apenas em unidades isoladas ou em recortes atomizados. Se as Escrituras formam um campo de coerência interna, então a interpretação deve considerar relações intertextuais, desenvolvimento temático e conexões canônicas. Isso não significa apagar a particularidade de cada texto, mas reconhecê-lo em uma rede mais ampla de significação. A coerência canônica torna-se, assim, um critério de leitura e não apenas conclusão posterior da teologia sistemática (Davidson, 2011).

O princípio da autointerpretação das Escrituras reforça essa mesma lógica. A Bíblia não é interpretada prioritariamente por filosofias externas, tradições concorrentes ou experiências subjetivas, mas por sua própria totalidade textual. Em termos epistemológicos, isso significa que o texto bíblico fornece não apenas conteúdo, mas também chaves para sua elucidação. Nesse ponto, Davidson radicaliza uma intuição já presente no princípio da Reforma Protestante denominado *sola Scriptura*, convertendo-a em critério hermenêutico efetivo (Davidson, 2011).

A força dessa proposta está em sua capacidade de articular autoridade e inteligibilidade. As Escrituras são normativas não apenas porque são consideradas sagradas, mas porque possuem coerência suficiente para participar de sua própria interpretação. Isso afasta tanto a leitura arbitrária quanto a dependência excessiva de sistemas exteriores ao texto. Ao mesmo tempo, a analogia das Escrituras não dispensa o trabalho exegético, mas o disciplina. O intérprete continua lidando com gêneros, contextos, vocabulário, história e estrutura, mas o faz sob a convicção de que os diversos testemunhos do cânon se respondem mutuamente (Davidson, 2011).

5. Fernando Canale e o Fundamento Cognitivo da Teologia

A entrada de Fernando Canale no debate amplia significativamente o alcance teórico da discussão, porque sua pergunta não se limita à escolha do método de interpretação da Bíblia, mas alcança o próprio fundamento cognitivo da teologia cristã. A discussão proposta por Canale desloca o problema hermenêutico para um nível mais radical, ao vinculá-lo ao próprio fundamento cognitivo da teologia cristã. Nessa perspectiva, a questão central não se limita a definir como a Bíblia deve ser interpretada, mas também de perguntar de onde a teologia obtém seus conteúdos e em que bases pode reivindicar conhecimento verdadeiro. O ponto decisivo é que, se as Escrituras forem compreendidas apenas como produto da tradição humana, a

teologia perde seu estatuto cognitivo e deixa de se apresentar como discurso fundado em verdade revelada. A partir daí, a relação entre revelação, inspiração e autoridade deixa de ser um tema periférico e passa a dizer respeito à própria possibilidade do conhecimento teológico (Canale, 2011).

Esse deslocamento é decisivo. Enquanto Hasel concentra sua crítica na inadequação do método histórico-crítico para lidar com a transcendência na história, Canale aprofunda a análise no plano do conhecimento teológico. Ele define cognição como a capacidade humana de adquirir conhecimento, classificar a realidade, estabelecer juízos e avaliar conteúdos. Se as doutrinas cristãs não representam fatos reais à mente, mas apenas produtos da imaginação e da tradição, então a teologia perde estatuto cognitivo e se torna discurso sem fundamento objetivo. O alcance dessa observação é amplo, porque ela transforma a hermenêutica em problema de teoria do conhecimento teológico (Canale, 2011; Hasel, 2007).

Assim, subjaz à argumentação de Canale (2011) a necessidade de uma ruptura com a metafísica clássica, que historicamente condicionou a teologia a conceitos estáticos de divindade e revelação. Ao propor o “princípio cognitivo”, o autor argumenta que a interpretação bíblica exige uma estrutura de pensamento fundamentada na temporalidade bíblica. Dessa forma, a crítica de Canale transcende o campo metodológico, atingindo o cerne da razão teológica ao demonstrar que, sem uma base filosófica derivada da própria Escritura, o intérprete permanece cativo de pressupostos que silenciam a voz do texto.

Canale também ajuda a esclarecer o estatuto metodológico do debate ao distinguir cuidadosamente revelação e inspiração. Em sentido técnico, revelação se refere ao processo pelo qual a informação presente nas Escrituras passou a pertencer ao escritor humano, enquanto a inspiração, por sua vez, diz respeito ao processo pelo qual os escritores bíblicos colocaram em forma escrita os conteúdos, ideias e informações recebidas. A utilidade dessa distinção é grande, porque impede que a origem da Bíblia seja tratada de maneira indiferenciada. Em vez disso, a produção das Escrituras é compreendida como processo em duas etapas, interdependentes, mas conceitualmente distintas (Canale, 2011).

Outro elemento particularmente importante é a insistência de Canale em separar o estudo da revelação-inspiração de outras áreas teológicas sem, contudo, romper suas conexões. Ele afirma que o tema pertence ao campo da teologia sistemática e, por isso, deve ser tratado com os métodos e perspectivas adequados a essa disciplina. Ao mesmo tempo, alerta que, quando o pesquisador não distingue corretamente os campos de investigação, sua compreensão se torna anuviada. Essa observação reforça a necessidade de precisão metodológica no debate hermenêutico e ajuda a evitar simplificações recorrentes (Canale, 2011; Aguiar, 2023).

Talvez a contribuição mais fecunda de Canale esteja na forma como ele apresenta seu projeto intelectual. Ele afirma que pretende escapar da polarização entre, de um lado, teólogos modernos que partem dos fenômenos bíblicos para negar a origem divina das Escrituras e, de outro, teólogos clássicos e evangélicos que partem da doutrina das Escrituras para sustentar sua inerrância. Em lugar dessa polarização, propõe uma abordagem que considere simultaneamente os dois pontos de partida e que tenha como pressuposto a convicção de que conhecer é interpretar. O passo seguinte é analisar os pressupostos hermenêuticos dos modelos clássico, moderno e evangélico e, depois, aplicar o mesmo procedimento à própria Bíblia para elaborar o modelo histórico-cognitivo. Essa formulação não elimina debates internos, mas oferece uma compreensão conceitualmente mais ampla do papel das Escrituras e de suas implicações (Canale, 2011).

6. Adenilton T. Aguiar e a Crítica aos Pressupostos do Método Histórico-Crítico

O artigo de Adenilton T. Aguiar oferece importante contribuição por formular de maneira direta a crítica ao método histórico-crítico e por indicar, ao mesmo tempo, indicar como uma leitura da Bíblia orientada por uma visão elevada das Escrituras deve ser conduzida. O ponto mais enfático de sua argumentação está na defesa de que a própria Escritura requer a maneira pela qual deve ser lida, de modo que uma abordagem adequada do texto bíblico precisa levar em conta pressupostos oriundos do próprio texto, e não de esquemas hermenêuticos impostos de fora (Aguiar, 2023).

Ao lançar os fundamentos de sua argumentação, Aguiar afirma que, desde seu surgimento no Iluminismo, o método histórico-crítico tem acumulado adeptos e que, apesar das críticas que recebeu, suas novas formas não superaram pressupostos antissupernaturalistas. Ele acrescenta que, embora esse método enfatize a história, não pressupõe que a Bíblia seja confiável do ponto de vista histórico como relato de eventos reais, tendendo a compreendê-la como expressão de experiências religiosas e narrativas que exigiriam reconstrução crítica. Com isso, Aguiar mostra que a dificuldade central do método não é a investigação histórica em si, mas a maneira como ela é filosoficamente enquadrada (Aguiar, 2023).

O autor define ainda o método histórico-crítico como um termo genérico para um conjunto de abordagens que se concentram no caráter histórico da Bíblia e a submetem ao escrutínio das ciências humanas. Nesse processo, as Escrituras são tomadas primordialmente como livro surgido de um contexto humano, ao passo que a fé, como pressuposto, é excluída. A crítica, portanto, volta-se contra uma autodefinição metodológica que limita o campo do possível antes mesmo da leitura. Aqui Aguiar converge fortemente com Hasel e, em outro nível, com Canale. Todos os três mostram que o impasse hermenêutico não é apenas técnico, mas estruturalmente epistemológico (Aguiar, 2023; Canale, 2011).

Ao analisar a crítica de Aguiar (2023), depreende-se que o impasse com o método histórico-crítico reside menos na investigação histórica e mais na aceitação acrítica da “razão histórica” de matriz troeltschiana. Enquanto o historicismo clássico enclausura o evento bíblico em uma rede de causas e efeitos puramente humanos, a proposta de uma visão elevada das Escrituras sustenta a “historicidade da revelação”. Nesse paradigma, a ação divina é compreendida como um evento real e histórico, exigindo uma hermenêutica que não exclua o sobrenatural como categoria de análise válida.

Ao mesmo tempo, o autor não rejeita a dimensão histórica das Escrituras. Ele reconhece a necessidade de estudar a Bíblia com atenção às línguas originais, ao contexto histórico e ao uso de ferramentas exegéticas. Seu argumento não é anti-histórico nem anti-intelectual. O que ele recusa é a redução do texto bíblico a documento exclusivamente humano e a consequente exclusão da possibilidade de que as Escrituras testemunhem ações divinas na história. Assim, sua crítica opera em chave de correção epistemológica, e não de abandono da pesquisa acadêmica (Aguiar, 2023).

7. Convergências Hermenêuticas e Implicações para a Teologia Bíblica

A comparação entre Hasel, Davidson, Canale e Aguiar permite identificar convergências substanciais. A primeira delas é o reconhecimento de que as Escrituras não podem ser

interpretadas adequadamente a partir de instâncias hermenêuticas externas que se tornem normativas sobre ela. Em Hasel, isso aparece na crítica a um método incapaz de lidar com a transcendência na história; em Davidson, na defesa da autointerpretação e da analogia das Escrituras; em Canale, na tese de que a origem do princípio cognitivo da teologia deve ser pensada a partir da própria Escritura e não de pressupostos alheios; em Aguiar, na exigência de pressupostos surgidos do próprio texto bíblico. Há diferenças de ênfase entre os autores, mas não de direção metodológica.

A segunda convergência é a defesa da unidade das Escrituras. Essa unidade não é concebida como uniformidade absoluta nem como negação da pluralidade interna do texto bíblico. Em Davidson, ela se expressa na coerência canônica e na analogia das Escrituras. Em Hasel, aparece na busca por uma teologia bíblica que respeite a diversidade das tradições sem abandonar sua integridade teológica. Em Canale, ela se manifesta na exigência de considerar conjuntamente o que a Bíblia diz de si mesma e os fatos concretos de seu conteúdo escrito. Em Aguiar, manifesta-se na recusa de métodos que pulverizam o texto em simples testemunhos de comunidades antigas. Em todos os casos, a unidade bíblica funciona como pressuposto e como resultado da leitura (Davidson, 2011; Canale, 2011).

A terceira convergência reside na tentativa de manter unidas as dimensões divina e humana das Escrituras. O texto bíblico é reconhecido como historicamente mediado, linguisticamente situado e culturalmente encarnado, mas não é reduzido a essas condições. Canale aprofunda essa compreensão ao distinguir revelação e inspiração e ao insistir que o estudo de sua origem não pode ignorar nem o dado teológico nem o fenômeno textual. Essa articulação impede dois extremos igualmente problemáticos: o biblicismo simplificador, que ignora as mediações históricas do texto, e o reducionismo naturalista, que neutraliza sua dimensão revelacional (Canale, 2011; Aguiar, 2023).

Uma quarta convergência importante diz respeito à crítica ao método histórico-crítico como paradigma autossuficiente. Nenhum dos autores analisados rejeita a importância do estudo histórico. O que eles recusam é a absolutização de um modelo cujo horizonte filosófico torna impossível reconhecer a realidade que o texto bíblico afirma narrar. Nesse sentido, a crítica não é dirigida à história, mas à concepção fechada de história. A proposta histórico-teológica que emerge desse diálogo preserva o uso de ferramentas acadêmicas, mas rejeita sua conversão em instância última de julgamento sobre a possibilidade do agir divino (Hasel, 2007; Aguiar, 2023).

Essas convergências permitem pensar uma hermenêutica histórico-teológica e canônica. Histórica, porque se interessa por contexto, linguagem, forma literária e processo textual. Teológica, porque reconhece que as Escrituras não falam apenas sobre experiências humanas, mas sobre Deus e Sua ação. Canônica, porque entende que o significado bíblico não está esgotado em unidades isoladas, mas se desenvolve em relação à totalidade das Escrituras. Canale acrescenta que essa leitura precisa também ser cognitivamente fundamentada, isto é, capaz de explicar por que a teologia pode reivindicar conhecimento real e não apenas repetição de tradição. Trata-se de uma proposta relevante para o debate contemporâneo, porque responde simultaneamente à exigência acadêmica de rigor e à necessidade teológica de coerência (Canale, 2011; Hasel, 2007).

Mais do que simples convergência de opiniões, observa-se, na produção desses autores, uma tessitura argumentativa voltada a reafirmar a autoridade normativa da Bíblia. Essa convergência de fundamentos permite transitar da fundamentação metodológica de Hasel e da proposta de coerência canônica de Davidson para a análise técnica de Aguiar e a fundamentação sistemática de Canale, consolidando um modelo que não apenas lê o texto, mas permite-se ser lido por ele.

8. Considerações Finais

A investigação desenvolvida neste artigo permite concluir que a questão hermenêutica é inseparável da questão epistemológica. A teologia não começa apenas quando formula doutrinas, mas quando define os critérios pelos quais as Escrituras serão lidas. Por isso, a autoridade bíblica não pode ser tratada como tema isolado do método. Se as Escrituras são consideradas normativas, então sua interpretação também precisa ser conduzida por princípios coerentes com essa normatividade. É precisamente nesse ponto que as contribuições de Hasel, Davidson, Canale e Aguiar se mostram mais fecundas quando lidas em diálogo crítico.

O estudo mostrou também que a crítica ao método histórico-crítico, nesses autores, não implica rejeição da história, da filologia, da análise literária ou da investigação contextual. O alvo da crítica é a absolutização de um paradigma fundado em pressupostos filosóficos que não conseguem acolher a transcendência reivindicada pelo próprio texto bíblico. Em oposição a isso, a proposta histórico-teológica preserva o estudo sério do contexto, mas o integra a uma concepção mais ampla de realidade, revelação e verdade. Canale contribui de modo particular ao mostrar que esse debate toca o próprio estatuto cognitivo da teologia cristã.

Por fim, a reconstrução aqui apresentada mostra que materiais oriundos de tradições confessionais podem participar legitimamente do debate acadêmico quando são lidos de forma analítica e crítica. Em vez de funcionar como mera reafirmação identitária, o corpus examinado oferece categorias e problemas úteis para o diálogo mais amplo sobre interpretação bíblica. Nesse sentido, a autoridade das Escrituras, a coerência canônica, a revelação-inspiração e a crítica aos limites do método histórico-crítico deixam de ser apenas tópicos intratradicionais e oferecem elementos relevantes para uma discussão teológica contemporânea sobre os fundamentos da leitura da Bíblia.

Referências

AGUIAR, A. T. O método histórico-crítico e uma visão elevada da Escritura. **Práxis Teológica**, v. 19, n. 1, e-1690, 2023.

CANALE, F. **O princípio cognitivo da teologia cristã**: um estudo hermenêutico sobre revelação e inspiração. Tradução de Neumar de Lima. 1. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2011.

DAVIDSON, R. M. Interpretação bíblica. In: DEDEREN, Raoul (ed.). **Tratado de teologia adventista do sétimo dia**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 67-119.

DEDEREN, R. (ed.). **Tratado de teologia adventista do sétimo dia**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

HASEL, G. F. **Teologia do Antigo e Novo Testamento**: questões básicas no debate atual. São Paulo: Academia Cristã, 2007.

REID, G. W. (ed.). **Compreendendo as Escrituras**: uma abordagem adventista. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2007.

TIMM, A. R. Antecedentes históricos da interpretação bíblica adventista. In: REID, G. W. (ed.). **Compreendendo as Escrituras:** uma abordagem adventista. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2007. p. 1-14.